

DESCONSTRUÇÃO ESPACIAL: UMA ANÁLISE DA FORMA URBANA NO MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO – SP, BRASIL

P.C. Fracassi e J. Francisco

RESUMO

No contexto da produção do espaço urbano, as últimas décadas foram cruciais para a atual configuração urbana. Esta vivencia uma complexa crise ambiental intensificada pelos processos da expansão urbana em áreas inadequadas, os quais instalam-se através dos processos de desconstrução espacial, compreendidos como transformações constantes que ocorrem no espaço existente. Neste sentido, esta pesquisa teve como objetivo a compreensão da produção do espaço urbano, abordando desde os processos iniciais de desconstrução – adaptações – até a sua configuração máxima – aglomerações – que se materializam através das formas urbanas. Para a visualização desta realidade, tomou-se como estudo o município de São Pedro, no estado São Paulo, Brasil. Deste modo, o projeto viabilizou-se por meio da realização de levantamento bibliográfico, coleta de dados sobre parcelamento, uso e ocupação do solo, exame das legislações urbanísticas e por fim análise e sistematização dos dados, a partir do conceito de Desconstrução Espacial.

1 INTRODUÇÃO

A priori a superfície dos continentes, como base material, foi sendo utilizada para a sustentação de adaptações destinadas a abrigar pessoas e seus instrumentos de trabalhos. Essas adaptações, na forma de construções, não se distribuem uniformemente pela superfície dos continentes, mas se aglomeram pelo território, formando cidades e regiões que se inter-relacionam (Serra, 1987).

Deste modo as aglomerações são formadas pela sucessão de adaptações que se materializam no território, num processo de transformação constante. Para AB'Sáber (1998) esta base territorial vem sofrendo processos de modificações ocasionados pela intensa concentração de homens e atividades no espaço, criando interferências na integridade dos elementos da natureza sobretudo no solo, na vegetação e nas águas.

Assim, o trabalho na paisagem-natureza institui a "construção", ao mesmo tempo do humano e do espaço que lhe corresponde. Remete-se a essa construção uma série de modificações no espaço, ocorrida por meio do processo da Desconstrução Espacial (Francisco, 2002).

A fim de compreender os processos de produção espacial, através da correlação da desconstrução espacial e da forma urbana atingida nas pequenas cidades, tomou-se como estudo de caso o município de São Pedro no Estado de São Paulo – Brasil. O estudo viabilizou-se através da realização de levantamento bibliográfico, coleta de dados sobre parcelamento, uso e ocupação do solo, exame das legislações urbanísticas existentes nos

três níveis de governo e por fim análise e sistematização dos dados a partir do conceito de Desconstrução Espacial.

2 SISTEMAS URBANOS

O espaço no qual se desenvolvem as atividades humanas é chamado de espaço humanizado. Este sofre a ação das contínuas adaptações construídas pelos homens “destinados a modelar o espaço herdado, para nele introduzir as estruturas técnicas, jurídicas e administrativas que derivam de um espírito de sistematização da sua utilização” (George *apud* Serra, 1987).

Este espaço denominado humanizado é entendido como espaço desconstruído, apresentando-se em sua magnitude nas áreas urbanas, as quais revelam-se como categoria de estudo. Propõem-se, assim, detalhar algumas questões conceituais que norteiam o estudo das áreas urbanas, bem como sua formação e evolução, com a finalidade de dar início à compreensão do desenvolvimento espacial das pequenas cidades.

2.1 Questões entre cidade, urbano e urbanização

Os conceitos de cidade e urbano são objetos de muita controvérsia e difícil de serem definidos. Na antiguidade o fenômeno urbano era visto por Platão como vinculado à divisão do trabalho e à existência de excedente agrícola. Já a cidade possuía a função de “mercado”, para a troca do excedente (Serra, 1987).

Modernamente, a problemática do urbano tem sido objeto de esforços redobrados. Segundo Simmel (1902) citado por Serra (1987) as cidades eram entendidas como sede da mais alta divisão econômica do trabalho. Posteriormente, Park coloca a questão atrelada à Ecologia Humana, para ele a cidade é mais que uma mera aglomeração de pessoas e de construções, é um corpo de costumes e de tradições, não deixando de lado o entendimento de que a organização econômica da cidade é baseada na divisão do trabalho (Serra, 1987).

Conforme relatado em Serra (1987), Max Weber (1921, 1970) vê a cidade no sentido econômico, onde a população local satisfaz uma parte de sua demanda diária no mercado local e outra parte mediante produtos que os habitantes da localidade e dos arredores produzem ou adquirem para colocá-los no mercado. Aqui a cidade também é entendida como um local de mercado, semelhante à cidade de Platão, mas com uma certa aproximação ao conceito de cidade como sede do poder. Destaca-se também o início de uma classificação funcional das cidades. Já o urbano é compreendido através da sua relação com a instituição política e administrativa.

Para Mumford (1957) citado por Serra (1987) a cidade é vista através de uma abordagem culturalista, onde ela se torna a dimensão máxima de uma comunidade, recuperando a idéia da cidade como processo natural. Desta mesma forma, a cidade pode ser entendida como a intervenção mais radical do homem na paisagem. Uma síntese da civilização, onde o modo de vida permeia por toda sua estrutura e por toda sua região de influência, moldando um mundo urbano sem fronteiras (Braga e Carvalho, 2004).

Atualmente, a definição de cidade no Brasil remete-se ao Decreto-Lei 311 de 1938, que determina que todas as sedes municipais fossem consideradas cidades, independente da sua dimensão, número de habitantes e características. Já a definição de urbano está diretamente

vinculada à condição político-administrativa dessas localidades, sendo considerada como urbana as sedes municipais e distritais.

A respeito do processo de urbanização deve-se primeiramente distingui-lo do processo de formação e crescimento das cidades, já que muitas vezes são empregados como sinônimos, ocasionando certa confusão conceitual. O processo de urbanização se difunde juntamente com a Industrialização, quando a proporção da poluição urbana cresce sob a rural, alterando assim, a proporção total. Já a formação das cidades retoma os processos históricos de surgimento dos primeiros núcleos urbanos. E finalmente, o crescimento das cidades pode ocorrer independentemente da urbanização, através do crescimento vegetativo, de maneira quase que natural e sem limites (DAVIS, 1970).

Nota-se que as cidades têm histórias antigas mais o processo de urbanização só ocorreu recentemente, assim, segundo Davis (1970), milhares de anos transcorreram desde o aparecimento das primeiras vilas até que as sociedades se urbanizassem. Neste contexto se torna interessante descrever, mesmo que brevemente, a origem e evolução das cidades até o processo de urbanização atual, a fim de compreender os avanços do espaço urbano.

2.2 Formação histórica das cidades

Davis (1970) em sua obra descreveu os processos históricos de formação e desenvolvimento das cidades, dividindo-os em três estágios de organização humana (pré-urbana; pré-industrial ou feudal; e cidades industriais modernas), cada qual organizado por seus padrões tecnológicos, econômicos, sociais e políticos.

Segundo Mumford (1965) citado por Serra (1987) as primeiras aglomerações teriam ocorrido junto a antigos locais cerimoniais, mesmo durante os períodos nômades grupos humanos retornavam periodicamente a determinados locais, provavelmente para prática de rituais. Assim, datam de cerca de 3.000 a.C. as ruínas urbanas mais antigas, admiti-se que as primeiras aldeias devam ter surgido alguns milhares de anos antes. Estas primeiras aglomerações eram formadas por adaptações primitivas de construções, cujos materiais estavam imediatamente á mão (barro, pedras, galhos e palhas). É a transformação da atividade coletora em produtora e o surgimento de excedentes que vão criar as condições para a construção e o provisionamento das cidades. Este período foi iniciado nos vales do Nilo, Tigre-Eufrates e Indo (Serra, 1987).

Cerca de 2.000 anos a.C. os traçados principais da cidade e algumas tecnologias básicas já estavam definidos. As casas já se encontravam enfileiradas criando espaços de circulação, dotadas de canais de drenagem, além de latrinas internas. Na Grécia, o traçado viário com ângulos retos começa a se impor. Mas é nas cidades de Dur Scharrukin, Alexandria e Chou-Wang-Chang que a visão do urbano é enfatizada pelo planejamento (Serra, 1936).

Conforme Serra (1987) a ascensão do Império Romano propiciou, a uma grande região, paz de quase 250 anos. Deste modo, surgem as cidades sem muralhas e nasce um período de grande prosperidade com intensa urbanização e crescimento populacional. Entretanto, com as invasões bárbaras a paz tão conquistada desaparece e ao fim do século III verifica-se decréscimo na população e decadência do comércio. Desta forma, no século IV há verdadeiras grandes cidades apenas no Oriente. No continente europeu, somente a partir do renascimento comercial (século X), as cidades retomam seu crescimento (Serra, 1987).

Essa nova urbanização se dá fora das muralhas, pela criação do novo burgo. O crescimento deste anel prossegue até o século XIII e caracteriza-se pelo ressurgimento das atividades comerciais. Já no século XIV o crescimento da população das cidades sofrerá um forte revés durante as guerras e as pestes. Entretanto, no século XV o crescimento da população é retomado e as cidades voltam a se desenvolver, agora os comerciantes não estão mais fora da cidade, são necessariamente seus donos. O capitalismo mercantil, os banqueiros, a indústria em geral, a metalurgia e o incipiente proletário urbano dominam a cena urbana (Serra, 1987).

Um fato de maior importância no século XVI é a incorporação da América ao espaço econômico e cultural europeu, criando condições para movimentos populacionais e construções de cidades novas. Desta forma, a América passa a ser o cenário do estabelecimento de inúmeras cidades, povoados, vilas e vilarejos (Serra, 1987).

2.3 A urbanização no Brasil

O processo de formação das cidades brasileiras remete-se ao século XVI, com o surgimento de alguns núcleos urbanos concentrados nas regiões litorâneas do país, devido à produção do açúcar (Corrêa, 2006). Na visão de Serra (1987) a evolução urbana inicia-se em 1532 com a implantação do regime de Capitâneas e com a fundação da cidade de São Vicente, mas mantém-se estagnada por quase dois séculos.

Porém, foi só a partir do século XVIII e XIX que esse processo adentrou no território nacional, por meio, principalmente, do desenvolvimento da mineração, cafeicultura e da agropecuária (Corrêa, 2006). Deste modo as cidades formadas, no decorrer do século XIX, caracterizavam-se pela inexistência de função produtiva, continuando a desempenhar papéis atrelados a ordem e intermediação comercial e financeira (Singer, 1980). Contudo, em meados do século XX, a evolução urbana brasileira ganhou desenvoltura e complexidade com o processo de industrialização que se efetivava, abrangendo cidades de diversos tamanhos, além dos centros metropolitanos, e da expansão sem precedentes da malha viária (Matos, 2000).

Este processo manifesta-se nos países subdesenvolvidos de forma tardia, diferenciando-se dos processos ocorridos em outros países, onde a urbanização incide como decorrência do desenvolvimento. No caso do Brasil, o urbano se implantou como ponta da rede do poder colonial para explorar o território, primeiro através da extração e depois da agricultura (Braga e Carvalho, 2004).

Neste contexto o processo de urbanização se concretiza com o êxodo rural. Segundo Santos (2005), a população concentrada em cidades passa em 1920 de 4,552 milhões de pessoas para 6.208.699 em 1940, especificamente no estado de São Paulo, a expansão urbana teve um crescimento de 43%. Já entre 1940 a 1980 taxa de urbanização ganha proporções exorbitantes, passando de 26,35% para 68,86%. Referente ao Estado de São Paulo, a intensificação da urbanização caracterizou-se por possibilitar a configuração da Região Metropolitana de São Paulo e pelo processo de interiorização do desenvolvimento econômico, com reflexos nítidos na rede urbana (Negri, 1992).

Segundo Milton Santos (1993) a partir da década de 1980, ao lado do processo de metropolização, o Brasil passa por uma verdadeira *revolução urbana*, com a expansão do fenômeno da desmetropolização, quando crescem também as cidades médias e locais.

Estas constituem ora como centros de importância local, dada as condições regionais de interligação com a economia nacional, ora como localidades com precária infra-estrutura, surgindo pelas possibilidades aberta na lei.

Desta forma, a dispersão urbana ocasionou o adensamento do sistema urbano brasileiro e os vínculos de interdependência entre cidades estratégicas. Todo este processo de desenvolvimento urbano e regional se traduz em processos de expansão urbana. Essa expansão vem ocorrendo no Brasil de maneira extremamente acelerada e desorganizada, gerando barreiras de grandes tensões ambientais nesses novos cenários (Rattner, 1974).

3 DESCONSTRUÇÃO ESPACIAL

Na história da humanidade, o Homem nada mais sabe fazer que desconstruir o espaço existente. Esta prática é que lhe garante a sobrevivência, mas sua intensificação se mostra inoportuna quando visto a quantidade e a intensidade dos impactos (Francisco, 2004).

Deste modo, a desconstrução espacial, aqui empregada, pode ser entendida de duas maneiras. Primeiramente como definição do conceito aplicado ao processo de transformação constante a que o espaço existente está antropicamente submetido. E por segundo como um instrumento de análise da produção espacial, onde o objetivo é rever o papel do espaço na análise da evolução e desenvolvimento da humanidade pela construção do meio ambiente (Francisco, 2004).

As duas formas de entendimento da desconstrução se completam, e se somam para formar um todo maior de preocupações e de possibilidades no entendimento do espaço social, ajudando o homem a tornar-se consciente e responsável pela destruição e pelo impacto causado, ao mesmo tempo em que possibilita resgatar a totalidade-essência da construção. Assim, a desconstrução pode ser entendida plenamente como uma forma de trabalhar o espaço, daí sua especificidade como processo espacial completo (Francisco, 2002).

A seguir, será abordado à dinâmica da produção espacial através do conceito de desconstrução, detalhando os processos iniciais, entendidos como adaptações, até a estruturação das aglomerações pelas formas urbanas, espaços máximos da desconstrução.

3.1 Desconstrução espacial: adaptações

Ao trabalhar para promover sua subsistência e abrigo, os homens utilizam-se de instrumentos, objetos e utensílios. Estes instrumentos são produtos de um longo processo evolutivo do trabalho, refletindo o nível de desenvolvimento tecnológico como a materialização da ciência (Serra, 1987).

Santos citado por Serra (1987) argumenta que os instrumentos foram-se tornando maiores e mais complicados, sendo necessário produzir abrigos especializados para sua instalação, assim cria-se as adaptações do espaço. Essas adaptações são elas mesmas, instrumentos de trabalho, com a característica especial de serem fixas.

As adaptações do espaço, como instrumentos fixos, são destinadas ao atendimento das necessidades humanas, sendo estas básicas ou criadas. Desta forma, são adaptações do espaço não apenas as edificações em si, mas tudo que de certa forma é utilizado para satisfazer essas necessidades, como a terra plantada, o bosque cultivado etc. (Serra, 1987).

Chadwick citado por Serra (1987) sugere que o homem ao procurar adaptar-se ao meio natural introduz modificações profundas. Assim, à medida que a divisão do trabalho se concretiza em busca do ajustamento ao meio, as adaptações construídas se tornam mais complexa e dinâmica. Essas adaptações introduzidas carregam o início da alteração e da modificação do espaço urbano, inserindo-se assim, no processo de desconstrução espacial.

3.2 Desconstrução espacial: aglomeração

As aglomerações se caracterizam inicialmente pela proximidade de adaptações individuais. Na medida em que essas adaptações ganham complexidade elas aumentam de tamanho e aproximam-se, criando áreas de interesse comum, na qual faz surgir adaptações de uso coletivo, como as relacionadas às infra-estruturas urbanas (Serra, 1987).

As aglomerações também se caracterizam pela concentração de pessoas, que é explicada por Serra (1987) como um pressuposto da cooperação, isto é, os homens aglomeram-se para cooperar no trabalho destinado ao atendimento de suas necessidades, onde o excedente, resultado da maior eficiência do trabalho conjunto, é ao mesmo tempo, causa e consequência da aglomeração. “É causa porque, sem excedente agrícola, a aglomeração não poderia ser permanente, e nem se poderia permitir que indivíduos se dedicassem a atividades diferentes das necessárias para promover a alimentação e é consequência porque é a maior eficiência resultante da cooperação e da aglomeração que produz maiores excedentes, agora já não apenas agrícolas” (SERRA, 1987).

Para Marx (1980) citado por Serra (1987) a principal, e quase única, causa da aglomeração se remete as vantagens da utilização em comum dos meios de produção, sendo considerada como Economia de Aglomeração. Surgem, assim, entre os vários elementos que compõem a aglomeração, interações que lhes acentuam o caráter de uma totalidade, constituindo-se como um sistema. É possível, então, referir-se á aglomeração como sendo ela mesma uma adaptação do espaço. Produto do trabalho coletivo através do tempo (Serra, 1987).

A cidade e o urbano em geral não são meras aglomerações de adaptações do espaço, mas constituem novos instrumentos de grande complexidade (Serra, 1987). Neste sentido a cidade revela-se como uma adaptação que reúne, em toda a sua complexidade, a desconstrução máxima, materializando-se através das intensas modificações inseridas no espaço.

4 A PRODUÇÃO DA FORMA URBANA E A DESCONSTRUÇÃO

O conjunto dos movimentos de pessoas, veículos, comunicações, produtos em geral e a eventual hierarquia e estrutura das manchas interagem com o espaço físico e com as adaptações anteriores, gerando formas. Formas essas entendidas como a disposição no espaço das varias partes da aglomeração urbana e o conjunto das relações espaciais que estás mantém entre si e com o todo (Serra, 1936).

As configurações do espaço urbano, desta forma, são reflexos das contínuas adaptações construídas pelos homens destinados a modelar o espaço herdado. Essas adaptações acabam sendo determinadas pelas necessidades humanas (biológicas ou socialmente criadas) através dos elementos de produção, consumo, troca e gestão, bem como sua disposição no espaço. Assim, a forma não é apenas o contorno exterior, mas todas suas características físicas e materiais constituídas nesse espaço (Serra, 1936).

A forma adaptada, produzida, implica sempre uma violência na destruição de outra forma, eventualmente nas formas da natureza. Deste modo, a forma nada mais é do que a materialização no espaço da desconstrução (seja como adaptação ou aglomeração). Neste sentido o estudo das formas urbanas se torna de extrema importância para a compreensão do processo de produção do espaço urbano.

4.1 Estudo do município de São Pedro – SP

Ao longo do trabalho procurou-se relacionar a desconstrução espacial com outros conceitos básicos para explicar a produção do espaço urbano e sua respectiva forma. Para tanto partiu-se da constatação da ocorrência do fenômeno urbano e prosseguiu na revisão dos conceitos, tais como: cidade, urbano, urbanização, adaptações e aglomeração urbanas. Agora, a análise de um caso concreto, visa exemplificar a correlação entre a produção do espaço, a desconstrução espacial e a forma urbana atingida.

O município de São Pedro localiza-se no centro-leste do Estado de São Paulo (Figura 1), a 180 km da capital do estado. Inserido na Bacia do PCJ - Piracicaba, Capivari e Jundiá, mas precisamente no vale do médio Tietê, tem como limites os municípios de Itirapina e Torrinha ao Norte (Cuesta do Itaqueri), Charqueada a Leste, Santa Maria da Serra a Oeste e Piracicaba ao Sul (Prefeitura de São Pedro, 2009).



Fig. 1 Localização da área de estudo.

Elaboração: Fracassi (2008).

As primeiras adaptações no território que deram origem a cidade de São Pedro remete-se a trilha que ligava São Paulo às minas de Cuiabá, no início do século XVIII, denominada de “Picadão do Mato Grosso”. No local onde se situa o centro de São Pedro, ficava um pouso de descanso e pernoite desta trilha conhecido como Pouso do Picadão, que logo daria início ao povoamento (Santos, 2009).

Em meados do século XIX as áreas rurais foram ocupadas por migrantes saídos da cidade de Itú, interior paulista, a fim de cultivar cana-de-açúcar e café. Já na área urbana as ruas começam a ganhar traçados alinhados e a construção da primeira igreja demarca a área central. Em torno de 1860 o núcleo formado não parou de progredir, aumentando significativamente sua produção agrícola. A consequência desse progresso foi a elevação à categoria de freguesia em 1864. Já em 1879, São Pedro passou de freguesia para vila: Vila de São Pedro de Piracicaba e em 22 de fevereiro de 1881, foi elevada a município, tornando-se independente de Piracicaba (Santos, 2009).

Já no período entre 1890-1895 a cidade foi marcada pela imigração, principalmente a italiana, que substituiu a mão-de-obra escrava na agricultura do café. Nesse período de

ascensão da economia cafeeira as adaptações do território se intensificaram com a implantação de uma série de infra-estruturas urbanas provenientes deste setor. Outra adaptação marcante nesta fase de progresso foi à instalação da Estrada de Ferro da Cia. União Ituana e Sorocabana em 1893 (Prefeitura de São Pedro, 2009).

Deste modo, a cidade se inicia primeiramente como suporte para as atividades agrícolas e posteriormente, em torno 1940, ganha dinâmica própria com a fabricação e o comércio de bordados, alavancando o setor de serviços atrelado ao turismo. Assim, a união destes dois setores propiciou o desenvolvimento da estrutura urbana e o reconhecimento regional, frente as conquistas instituídas em 1979, como Estância Turística e em 1980, como Capital do Bordado (Santos, 2009).

A concentração das adaptações instauradas ao decorrer do processo histórico de formação e expansão da cidade, começam a ser evidenciadas na forma urbana. Para ilustração desta complexidade obteve-se uma foto aérea datada de 1962 (Figura 2), na qual destacam-se os indícios do processo de expansão urbana, como a presença de glebas sendo loteadas nos perímetros da área urbana.



Fig. 2 Área urbana do município de São Pedro, 1962

Fonte: IPT (1962).

Resumidamente a forma urbana no município de São Pedro, ilustrada na Figura 3, iniciou-se na área mais alta da cidade (1), expandindo-se de oeste para leste através da Rua Veríssimo Prado, antiga Rua Direita, limitando-se inicialmente na Estação Ferroviária (2). Posteriormente, a mancha urbana transpõe a Estação e se espalha para leste. Em seguida, a forma urbana inicia seu processo de expansão em direção a Norte, primeiramente na margem direita do Ribeirão Samambaia e mais atualmente na margem esquerda, limitando-se apenas com as altas declividades da borda da Cuesta do Itaquerí (Norte).

Outras limitações marcam a forma urbana do município, nas quais destacam-se os ribeirões Pinheiros e Samambaia (3 e 4) com cursos percorrendo de Norte/Sul, quase que perpendicular as principais vias da cidade, seguindo em direção ao eixo do rio Piracicaba, afluente do Tietê (Bacia do Rio Paraná), já a Sudeste, próxima ao Córrego Tuncum (7), estende-se uma faixa erosiva com intensos problemas de ocupação popular e por fim ao Sul a Estrada Estadual (5), que interliga a cidade com a suas vizinhas. Nota-se que algumas dessas limitações, como a borda da Cuesta e a estrada estadual, apresentam um certo paralelismo com as principais vias e com o Rio Piracicaba que limita o município ao Sul.

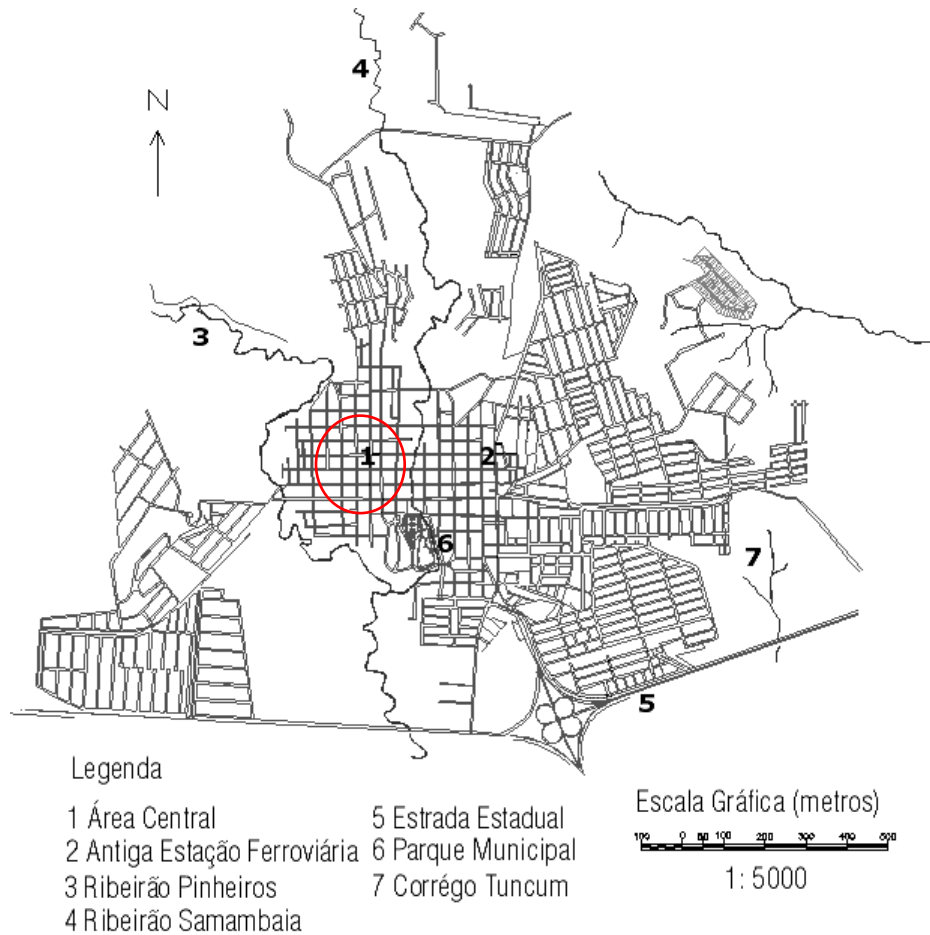


Fig. 3 Forma urbana da sede do município de São Pedro

Fonte: Prefeitura de São Pedro (2009) / Adaptado: Fracassi (2009).

Na imagem de satélite de 2010, obtida no Google Maps (2010), apresentada na Figura 4, visualiza-se a aglomeração e a forma urbana atual do município de São Pedro. Esta caracteriza-se principalmente pela desconstrução dos espaços naturais. Processo ocorrido através do adensamento das estruturas urbanas entre os dois ribeirões que cortam a área central estendendo-se para áreas mais a Leste, na qual é intercalada com a presença de vazios urbanos e áreas ambientalmente frágeis.

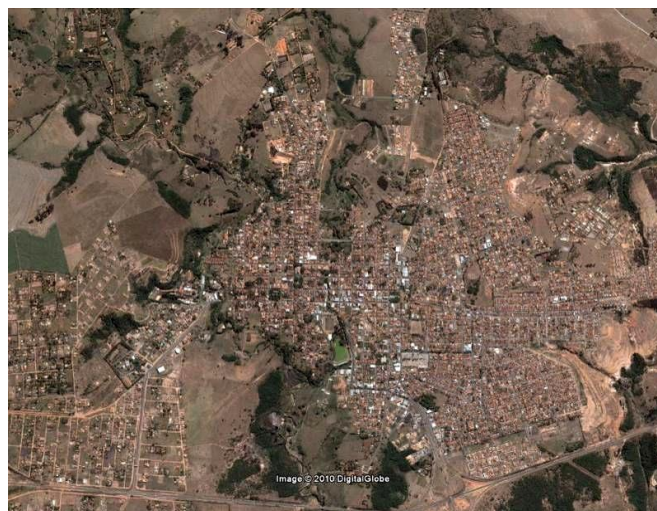


Fig. 4 Área urbana do município

Fonte: Google Maps (2010).

Atualmente, o processo de expansão urbana em São Pedro vincula-se com os processos de migração interna, como consequência da Divisão Interna do Trabalho e da busca incessante por um ideal de “natureza”, atrelado ao setor de turismo rural, ecológico e de veraneiro. Essa expansão gerada por um crescimento desprovido de planejamento e escassez de infra-estrutura urbana acarreta sérios problemas, de ordem habitacional, ambiental e espacial.

Um aspecto que chama a atenção na dinâmica atual desta localidade é a notória expansão urbana que se evidencia através da desconstrução espacial, nos bairros fora do núcleo urbano principal. Sendo definida no Projeto de Lei do Plano Diretor (Lei 15/08) como Zona Urbana fora da Sede do Município (Z-10). A princípio esses bairros eram pertencentes às áreas rurais, sendo exclusivos de loteamentos de chácaras, com predominância de residências de veraneiros. Contudo, a população fixa, constituída por alguns proprietários de chácaras e a maioria de caseiros destas localidades, ampliou-se e a demanda por serviços públicos culminou na transformação desses bairros rurais em núcleos urbanos. O bairro mais expressivo desta complexidade é o Alpes das Águas, ilustrado no destaque da Figura 5, nota-se que a dimensão da área ocupada pelo bairro é semelhante à da área urbana principal do município.



Fig. 5 Bairro Alpes das Águas

Fonte: Google Maps (2010).

Neste cenário de expansão urbana fora do núcleo sede faz-se necessário destacar a intervenção do poder público local, que através de algumas medidas realizadas acabaram incentivando a dinâmica da desconstrução espacial. Uma medida identificada que reflete essa realidade é a instalação de um loteamento de interesse social na divisa do bairro Alpes das Águas, numa área que além de ser periférica a cidade se destaca por sérios problemas erosivos.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com os processos de adaptações instaurados no território, através da materialização da forma urbana, inicia-se o processo de desconstrução espacial, no qual tem como objetivo produzir espaços e objetos necessários a satisfação das necessidades básicas e criadas pela sociedade. Por meio dos processos de desconstrução espacial a forma urbana vai ganhando complexidade até resultar numa aglomeração dinâmica e irreversível, acabando assim, impactando o espaço.

Desta forma, entende-se que o mais importante e notório que a evolução da forma urbana revela é a dinâmica incessante da produção espacial, hoje mais comumente manifestada através dos processos de expansão urbana, que se evidenciam nas áreas urbanas do núcleo sede e nos vários núcleos urbanos espalhados pelo município. A falta de planejamento e gestão urbana juntamente com a especulação imobiliária, em muitos casos são os maiores responsáveis por esse processo incessante, loteando glebas desnecessárias ou impróprias a ocupação humana, e deixando áreas com urbanização consolidadas à espera de valorização. Estes espaços, resultantes de um contínuo processo de desconstrução espacial, podem ser entendidos como reflexos de duas diferentes atuações, uma gerada pelo trabalho humano e outra gerada pela gestão e tomada de decisão - governabilidade - esta última, como base ideológica da primeira, só poderá ser revertida com o engajado social.

Portanto, as formas expressas no espaço não se explicam exclusivamente pelas funções urbanas, pela segregação funcional ou social, nem mesmo pelas interações desses elementos com o espaço natural. É necessário compreender as relações de poder e de dominação existentes nas varias etapas da construção da cidade para entender os inúmeros aspectos das relações espaciais, das dimensões e das formas das adaptações e das aglomerações (Serra, 1987).

Para São Pedro, assim como para outros municípios que enfrentam os mesmos problemas atrelados a expansão horizontal do espaço urbano, deveria ser priorizado o espaço urbano vigente e não sua expansão. Adotando, desta forma, medidas que incentive a manutenção da cidade concentrada, como o adensamento nas áreas de vazios urbanos, diminuindo assim, os gastos e os impactos ocasionados pela implantação de infra-estruturas em novas localidades. Parti-se do pressuposto que as cidades excessivamente desconcentradas, estendendo-se desmensuradamente através dos inúmeros loteamentos criados, acabam elevando os custos unitários da instalação de equipamentos urbanos e o aumento do tempo do deslocamento cotidiano, ocasionando queda na qualidade de vida dos moradores (Bonduki e Rolnik, 1979).

Deste modo, a desconstrução espacial urbana, como atividade eminentemente antrópica e responsável pelos processos de intensificação da forma urbana, deve ser implementada através de políticas ligadas ao planejamento e a gestão municipal, tendo como base a sustentabilidade ambiental, e manifestada por atos na direção da manutenção de espaços mais “naturais” e formas urbanas que garantam qualidade de vida à sua população.

6 REFERÊNCIAS

Ab'Sáber, A. N. (1998) Bases conceptuais e papel do conhecimento na previsão de Impactos, *in* P. Muller e A. N. Ab'Sáber (orgs.), **Previsão de Impactos**, Edusp, São Paulo.

Bonduki, N. e Rolnik, R. (1979) Periferia da Grande São Paulo. Reprodução do Espaço como Expediente de Reprodução da Força do Trabalho, *in* E. Maricato, (org.), **A produção Capitalista da Casa (e da Cidade) no Brasil Industrial**, Alfa-Omega, São Paulo.

Braga, R. e Carvalho, P F. de (2004) Cidade: espaço da cidadania, *in* A. B. R. Giometti, e R. Braga (orgs.), **Pedagogia cidadã: cadernos de formação: ensino de geografia**, UNESP/PROPP, São Paulo.

Corrêa, R. L. (2006) **Estudos sobre a rede urbana**, Bertrand Brasil, Rio de Janeiro.



Francisco, J. (2008) Da paisagem natural à paisagem transformada: o conceito da desconstrução para uma interpretação da produção do espaço, in **Vivência**, UFRN/CCHLA, Natal.

Francisco, J. (2004) Meio Ambiente Construído: pela desconstrução mínima e socialmente engajada, in **Anais II Encontro Anual Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade**, Indaiatuba.

Francisco, J. (2002) **Desconstrução do lugar: o aterro da Praia da Frente do centro histórico de São Sebastião (SP)**, UNESP/IGCE, Rio Claro.

Davidovich, F. R. E Fredich, O. M. (1988) Urbanização no Brasil, in **Brasil: uma visão geográfica dos anos 80**, Fundação IBGE, Rio de Janeiro.

Davis, K. (1970) A Urbanização da humanidade in K. Davis et al **Cidades: a urbanização da humanidade**, Zahar, Rio de Janeiro.

Google Maps (2010) in <http://www.maps.google.com>.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas – IBGE (2010) in <http://www.ibge.gov.br>.

Instituto de Pesquisa Tecnológica – IPT (2009) in <http://www.ipt.br>.

Matos, R. (2000) Aglomerações Urbanas, rede de cidades e desconcentração demográfica no Brasil, in **Anais do XII Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, Caxambu.

Negri, B. (1992) Urbanização e demandas de recursos hídricos na Bacia do Rio Piracicaba no Estado de São Paulo. **Anais do VIII Encontro Nacional Estudos Populacionais**, São José do Rio Preto.

Prefeitura de São Pedro (2009) in <http://www.saopedro.sp.gov.br>.

Prefeitura de São Pedro (2008) **Projeto de Lei do Plano Diretor – LEI 15/08**. Departamento de Obras Públicas e Particulares, São Pedro.

Rattner, H. (1974) **Planejamento urbano e regional**, Nacional, São Paulo.

Santos, M. (2005) **Por uma outra globalização: do pensamento único á consciência universal**, Record, Rio de Janeiro, 12 ed.

Santos, R. L. dos (2009) **São Pedro: educação, cultura e turismo**. Série Conto, canto e encanto com a minha história, Noovha América, São Paulo.

Serra, G. (1987) **O Espaço Natural e a Forma Urbana**, Nobel, São Paulo.

Singer, P. (1980) O uso do solo urbano na economia capitalista, in **Boletim Paulista de Geografia**, AGB, São Paulo.